



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007094-11.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**
 Requerido: **Maria Lucia Brito dos Santos**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

UNIMED SÃO CARLOS COOPERATIVA DO TRABALHO MÉDICO propõe ação de cobrança em face de **MARIA LÚCIA BRITO DOS SANTOS**.

A requerente prestava serviços de Assistência de Plano de Saúde para a requerida, porém houve inadimplência das mensalidades de julho e agosto de 2010, totalizando o valor de R\$ 748,70. Assevera, ainda, que procurou diversas maneiras amigáveis para a solução da lide, mas não obteve êxito. Portanto, requer o pagamento do débito de R\$ 2.152,11.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/88.

A requerida, citada (fl. 93), não apresentou defesa (fl. 95).

É o relatório.

Fundamento e Decido.

O feito prescinde de outras diligências e de instrução probatória, comportando julgamento no estado, nos termos do artigo 330, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de cobrança relativa aos débitos pela prestação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de serviços Assistência de Plano de Saúde em que não houve o devido pagamento.

Na espécie, conquanto regularmente citada (fl. 94), a requerida ficou-se absolutamente inerte em apresentar defesa, tornando, assim, aplicáveis na hipótese os efeitos da revelia.

Nos termos do artigo 319 do Código de rito: "*Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor*".

De observar-se, contudo, que a revelia não implica necessariamente a procedência da ação, já que apenas faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, o que não impede ao julgador à análise livre do direito aplicável ao caso "*sub judice*".

Pois bem, encontra-se entranhado no processo o contrato de prestação de serviços (fls. 50/54 e 68/87), demonstrando cabalmente a existência da relação jurídica entre as partes.

Trata-se de contrato oneroso que contém a obrigação da ré em fazer os pagamentos.

Nesse giro, em consequência da revelia e da verossimilhança das alegações constantes da inicial quanto à matéria fática, presume-se a inadimplência, encontrando-se amparo a pretensão da autora.

A procedência é, pois, de rigor.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil e condeno a requerida ao pagamento de R\$ 2.152,11, com juros de 1% ao mês, desde a citação, e correção monetária desde junho de 2015, de acordo com a tabela do TJ/SP.

Condeno a demandada, ainda, ao pagamento das custas,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

despesas processuais e honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 08 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**